



*Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal
Capitão Augusto*

**PROJETO DE LEI Nº DE 2020
(Do Sr. Capitão Augusto)**

Altera a Lei nº 6259, de 30 de outubro de 2020, que dispõe de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para garantir o acesso gratuito a equipamentos de proteção individual, a vacinas e a exames de detecção a todos os profissionais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, durante o período de pandemia do vírus COVID-19-Corona vírus.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Este Lei altera a Lei nº 6259, de 30 de outubro de 2020, para garantir o acesso a vacinas a todos os profissionais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, durante o período de pandemia do vírus COVID-19-Corona vírus.

Art. 2º A Lei nº 6.259 de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A Durante todo o período de epidemia declara pela autoridade sanitária do país, todos os profissionais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, têm acesso prioritário e gratuito a equipamento de proteção individual, vacinação e exames de detecção em qualquer município do território brasileiro em que estiverem.” (NR)

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os profissionais de segurança pública, juntamente com os profissionais de saúde são os únicos que não podem parar, como está ocorrendo em todo o país, nessa situação, os heróis nacionais, para que possam continuar a proteger e socorrer a população precisam estar medicados e em condições plenas, devendo o poder público dar o atendimento prioritário a vacinas e exames gratuitos.



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal
Capitão Augusto

O Projeto de lei em questão trata-se de medida para ajudar no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona Vírus.

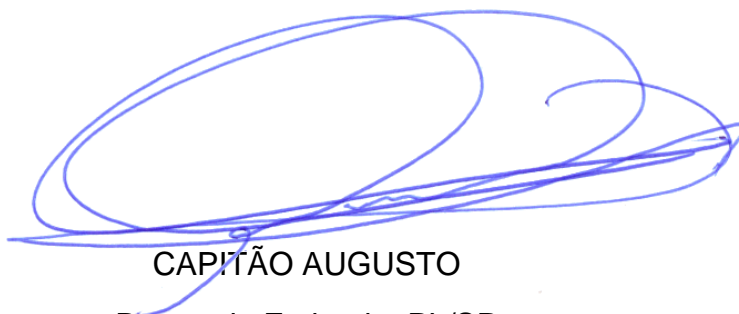
É de extrema importância que durante o período de epidemia, mantenham-se ativo o sistema de segurança pública para proteção do povo brasileiro, e esta medida urgente deve ser adotada o mais rápido possível.

Enquanto o País está em quarentena, os profissionais de segurança pública estão diuturnamente nas ruas trabalhando, inclusive com férias e licenças suspensas.

Assim apresentamos esse projeto de lei com a finalidade de garantir a esses profissionais mais segurança quanto à saúde, através da prioridade de acesso à vacinação, a exames e aos equipamentos de proteção em qualquer município em que estiverem.

Precisamos que esses profissionais estejam seguros para garantir o funcionamento do país da melhor maneira possível para enfrentar essa grave crise de pandemia mundial, para isso, conto com o apoio de meus pares.

Brasília, em 27 de março de 2020.



CAPITÃO AUGUSTO

Deputado Federal – PL/SP